ISSN: 2358-8829

INTERSECCIONALIDADE NAS REDES: A HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA PARA O ENSINO MÉDIO

Mirian Célia Laurindo da Silva [1]

INTRODUÇÃO

O ensino de História, por muito tempo, esteve ancorado em narrativas eurocêntricas que distanciaram pessoas negras, indígenas e quilombolas de suas próprias historicidades. No cotidiano da Educação Básica, essa lacuna manifesta-se de maneira violenta: corpos, memórias e vivências de estudantes periféricos, negros e indígenas frequentemente não se veem contemplados nos livros didáticos de História nem na seleção formal dos conteúdos curriculares. Em conformidade com os dados apurados por Salles e Szlachta Júnior (2024) as pesquisas sobre o Ensino de História têm ganhado relevância no espaço acadêmico e a temática das questões étnico-raciais tem sido discutida de forma recorrente nos últimos anos. Essa temática é uma contribuição que deve ser continuamente atualizada visto que ainda há um campo epistemológico afrodescendente e indígena vasto a ser discutido porque foi secularmente silenciado.

Para enfrentar esse silenciamento estrutural, esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória/UFPE), busca aproximar a reflexão acadêmica do universo dos jovens do Ensino Médio da Escola Estadual de Referência de Tempo Integral Professora Maria de Lourdes Temporal, situada no município de Cupira, no Agreste de Pernambuco. A constante proposição de debates, nas aulas de História, sobre relações étnico-raciais, a condição de mulheres negras e as variáveis que as silenciam levou-nos a tensionar e questionar conteúdos curriculares da disciplina de História que valorizam apenas discurso eurocêntrico.

A investigação parte do seguinte problema central: como promover uma reflexão sobre a transmissão unidirecional do conhecimento histórico e utilizar as mídias digitais para dar visibilidade às trajetórias de sujeitos subalternizados, incentivando o protagonismo juvenil e o

[1] Mestranda do ProfHistória da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mirianlaurindo@hotmail.com

ISSN: 2358-8829

combate ao racismo? Com base na articulação entre a teoria da História, o conceito que trata da Interseccionalidade (gênero, classe e raça), a prática escolar do Ensino de História, a autoridade compartilhada na busca pelo saber e o campo da História Pública Digital, o trabalho propõe o uso das mídias sociais — especialmente o Instagram — como ferramenta de mediação sociopedagógica. O arcabouço teórico fundamenta-se no conceito de *Interseccionalidade*, formulado por Kimberlé Crenshaw (2002) e aprofundado por intelectuais negras como Carla Akotirene (2019), Lélia Gonzalez (1984), (2020) e Djamila Ribeiro (2018), bem como nos marcos legais da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), estabelecidos pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A proposta visa promover a consciência histórica e política, o exercício da cidadania, o fortalecimento das identidades de meninas negras, indígenas e quilombolas, criticidade do Ensino de História e ações educativas de combate ao racismo e à discriminação.

Analisamos como as opressões articuladas de raça, gênero e classe afetam as vivências de estudantes do Agreste pernambucano, em especial meninas negras, indígenas e quilombolas. Em – Memórias da Plantação: episódios do racismo cotidiano – Grada Kilomba (2020) contribui para esse debate ao denunciar e buscar desconstruir narrativas eurocêntricas. Suas reflexões dialogam com aspectos da realidade vivida por muitos estudantes. A partir dos preconceitos vivenciados e relatados pela autora, percebemos que a interseccionalidade precisa ser continuamente trabalhada e discutida, entre os jovens do Ensino Médio essa discussão deve ser articulada com suas vivências e seus interesses. As análises propostas por Grada Kilomba (2020) revelam a dimensão do problema presente nas narrativas históricas que priorizam o discurso do colonizador. Sua escrita também evidencia a importância da representatividade. Daí decorre nossa preocupação com o conceito de interseccionalidade, que atravessa as experiências de mulheres negras, indígenas e quilombolas, e com a necessidade de descolonizar os discursos eurocentrados ainda presentes nos currículos escolares.

A pesquisa busca demonstrar como o conhecimento histórico humanizado, descentralizado e publicizado pode fortalecer identidades, combater o silenciamento curricular e engajar a comunidade escolar na luta antirracista. Metodologicamente, adotamos a perspectiva da pesquisa-ação e da História engajada, com base no princípio da autoridade compartilhada (*shared authority*), de Michael Frisch (2016). A partir dessa premissa, desenvolvemos um trabalho coletivo e colaborativo, no qual o conhecimento acadêmico e docente dialoga com os saberes e as memórias dos estudantes, utilizando o Instagram como espaço de difusão histórica. Assim, a dimensão participativa da pesquisa e a atuação do profissional de História ampliam as possibilidades de construção coletiva do conhecimento.

ISSN: 2358-8829

As discussões e os resultados preliminares apontam para um importante deslocamento epistemológico no cotidiano escolar. O protagonismo juvenil na curadoria e na produção digital de conteúdos fortalece a autoimagem e a identidade dos estudantes, promove o letramento digital crítico, abre espaços de representatividade e expande as fronteiras da escola para o ecossistema das redes. Em síntese, o trabalho indica que a integração entre a História Pública Digital e a perspectiva interseccional constitui um caminho viável, ético e politicamente potente para transformar a sala de aula em um espaço emancipatório, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes de suas raízes e comprometidos eticamente com uma sociedade plural, equânime e antirracista.

Nosso estudo nos revela ainda que o trabalho desenvolvido a partir do Ensino de História atento às políticas públicas impulsionadas pela ERER e o suporte pedagógico adequado ajudam a mapear as múltiplas barreiras no campo educacional, nas vivências nos espaços escolares e contribuem ainda para a criação de estratégias para que as práticas antirracistas não sejam um evento isolado, mas uma prática diária que possa fortalecer o trabalho do docente, a criticidade histórica e os movimentos de resistência estudantil.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa fundamenta-se nos princípios da pesquisa-ação e da História engajada, buscando promover a participação ativa dos estudantes, do grêmio estudantil e da comunidade escolar de Cupira-PE. A pesquisa-ação privilegia a construção colaborativa do conhecimento e a compreensão das dinâmicas vivenciadas pelos sujeitos (THIOLLENT, 2011).

O itinerário metodológico organiza-se em etapas interdependentes:

1. Sensibilização e aprofundamento teórico: realização de oficinas pedagógicas, rodas de conversa e debates problematizadores sobre interseccionalidade, ações afirmativas, racismo estrutural e uso responsável das mídias sociais.
2. Pesquisa de campo e escuta histórica: coleta de dados, realização de entrevistas, valorização da história oral e levantamento de narrativas locais nas áreas urbana e rural de Cupira. Busca-se dar visibilidade às trajetórias femininas, negras, indígenas e quilombolas, articulando-as a fontes historiográficas e acervos digitais públicos, como SciELO, IBGE e repositórios acadêmicos.
3. Curadoria e produção colaborativa: utilização de ferramentas e programas visuais (design gráfico e criação digital) de acesso aberto e gratuito para a transposição didática e estética do

ISSN: 2358-8829

conhecimento científico em linguagens acessíveis ao público jovem, como carrosséis informativos, reels e stories.

4. Publicização e engajamento em rede: lançamento e gestão compartilhada da página temática no Instagram, intitulada "Interseccionalidade nas Redes". O perfil funciona como espaço de História Pública, promovendo interlocução direta com o público por meio de caixas de perguntas, mensagens diretas, produção textual e gráfica de autoria dos próprios estudantes e interações com coletivos e movimentos sociais.

Do ponto de vista instrumental e econômico, adotamos uma estratégia de "custo zero". A utilização pedagógica dos smartphones dos próprios estudantes, o acesso a repositórios abertos e a distribuição orgânica de conteúdos nas redes sociais reduziram a necessidade de recursos para impressão e materiais gráficos, alinhando a prática pedagógica à realidade socioeconômica das escolas públicas estaduais. Quanto aos aspectos éticos e ao direito de uso de imagem e voz, todas as atividades de escuta, entrevistas e produções de mídia foram precedidas de consentimento informado e da devida autorização dos estudantes e de seus responsáveis legais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa organiza-se em torno de dois eixos conceituais fundamentais e complementares: a Interseccionalidade e a História Pública Digital. A perspectiva interseccional remete aos estudos e diálogos de Kimberlé Crenshaw (2002). O conceito surgiu da necessidade de compreender que eixos de subordinação — como raça, gênero e classe — não operam de maneira isolada ou aditiva, mas de forma articulada e simultânea. Conforme aponta Crenshaw (2002, p. 171):

> [...] a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

No cenário intelectual brasileiro, Carla Akotirene amplia a discussão ao definir a interseccionalidade como um instrumento teórico-metodológico capaz de evidenciar a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que atingem recorrentemente as mulheres negras. Segundo Akotirene (2019, p.14) "Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações

ISSN: 2358-8829

intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros.” Quando essas discussões e conceitos saem do ambiente acadêmico e ganham espaço para reflexão entre os jovens do Ensino Médios abre-se um leque de possibilidades e questionamentos a partir das vivências reais desses jovens.

Nossa pesquisa também encontra raízes no pensamento pioneiro de Lélia Gonzalez na abordagem que articula raça e gênero no Brasil, em sua obra: Por um Feminismo Afro-latino-americano esse tema é recolocado em tom de denúncia para que não apenas reproduzamos a linguagem do opressor, mas para que coloquemos em debate o lugar emancipatório da mulher negra evidenciando a importância da luta por essa emancipação. Gonzalez (2020) foi uma intelectual tida como articuladora engaja na militância e produção acadêmica. Atuou como uma agente de conscientização social, consolidando seu pensamento feminista negro. Embora o conceito de interseccionalidade ainda não tivesse sido cunhado durante sua atuação política e intelectual nas décadas de 1970 e 1980, a referida escritora já apontava para os fenômenos do racismo e do sexismo em suas análises da conjuntura social, no que se refere às relações interseccionais de poder. Em seus escritos Gonzalez chama a atenção para a divisão racial e sexual do trabalho e para o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra, relacionado a raça, classe e sexo, bem como para seu lugar na força de trabalho (GONZALEZ, 2020, p. 56).

Por sua vez, Djamila Ribeiro (2018) reforça a necessidade de que o movimento feminista seja interseccional e dê visibilidade às especificidades das diferentes experiências de ser mulher. No ambiente escolar, aplicar a perspectiva interseccional significa reconhecer como as marcas do colonialismo e do patriarcado incidem sobre a vida cotidiana das alunas negras, indígenas e quilombolas. Trata-se, também, de combater o que Chimamanda Ngozi Adichie (2019) denomina “o perigo de uma história única”, superando visões reducionistas que privam as populações subalternizadas de sua humanidade e complexidade.

As reflexões sobre a autoridade compartilhada constituem o segundo pilar teórico da pesquisa e dialogam com o campo da História Pública. Segundo Michael Frisch (2016), a produção do conhecimento histórico no espaço público exige superar a ideia de que o historiador acadêmico detém exclusivamente a verdade histórica. A noção de *shared authority* (autoridade compartilhada) estabelece que o saber histórico é dialógico e resulta do encontro entre o rigor conceitual do historiador e as memórias, vivências e saberes das comunidades. Frisch pretende em sua obra mostrar a dimensão e alcance de um espaço mais aberto e compartilhável de construção de conteúdos, nessa perspectiva nossa pesquisa desenvolveu uma intencionalidade em direcionar postagens antirracistas, ampliando o alcance e as reflexões

ISSN: 2358-8829

sobre essa pauta e a necessidade de incentivar o protagonismo e a representatividade no ambiente escolar, na comunidade e nas redes. O autor destaca a força e o impulso da história pública em diferentes esferas da cultura e da sociedade brasileira e como isso pode impulsionar pautas.

No contexto da cultura digital, autores como Serge Noiret (2015) e Jurandir Malerba (2017) destacam que a internet reconfigurou o acesso ao passado e a demanda social por ele. Em um tempo marcado pelas preocupações com o uso de Inteligência Artificial (IA) e a circulação de *fake news*, o letramento digital vem ganhando cada vez mais atenção no ambiente escolar. As redes sociais tornaram-se espaços de disputa identitária e de produção de sentidos. Nesse contexto, o profissional de História assume a função de curador e mediador ético (ROVAI, 2018), orientando processos colaborativos (*crowdsourcing*) para assegurar que narrativas historicamente marginalizadas ganhem visibilidade com rigor científico.

O papel político e democrático da História Pública coloca a disciplina como um campo que foge da "História Única" e aproxima o passado das demandas de diversos setores sociais, movimentos sociais e comunidades. Além disso, a proposta é colocar em prática as diretrizes da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), instituídas pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, convertendo o texto legal em prática educativa no cotidiano escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das ações desenvolvidas no âmbito do projeto "Interseccionalidade nas Redes" evidencia transformações qualitativas no ambiente escolar e nas percepções dos estudantes. A sistematização dos achados empíricos permite organizar os resultados em quatro categorias analíticas:

1. Deslocamento epistemológico no currículo praticado: a inserção das perspectivas de intelectuais negras e indígenas contribuiu para questionar a hegemonia de narrativas eurocêntricas no cotidiano escolar. A abordagem pedagógica desses debates possibilitou discutir conteúdos de História a partir de questões raciais, de classe e de gênero.
2. Fortalecimento da autoestima e do protagonismo estudantil: ao atuarem como pesquisadores, roteiristas e curadores digitais, os estudantes deixaram de ocupar apenas a posição de receptores de conteúdo. A valorização de suas vozes e das memórias de suas comunidades contribuiu para fortalecer a autoimagem, o senso de pertencimento e a autonomia intelectual.
3. Letramento digital crítico e combate à desinformação: a produção de conteúdo para a página no Instagram exigiu postura ética e comprometida com a checagem de fontes, a leitura crítica

ISSN: 2358-8829

de acervos digitais e a adequação da linguagem. Essa prática contribuiu para uma postura mais consciente diante da circulação de notícias falsas (*fake news*) e discursos de ódio nas redes.
4. Extensão comunitária e conectividade social: a utilização da plataforma digital ampliou o alcance das atividades para além dos limites físicos da escola, conectando os trabalhos produzidos pelos estudantes a coletivos antirracistas, movimentos sociais e à comunidade externa de Cupira e região.

As análises reforçam a importância de promover pesquisas científicas éticas e engajadas nas redes públicas de ensino. A articulação entre a perspectiva interseccional e a prática da História Pública Digital mostrou-se uma estratégia metodológica promissora para humanizar a aprendizagem, promover a justiça curricular e efetivar as diretrizes da Educação para as Relações Étnico-Raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer História na contemporaneidade exige sensibilidade para escutar os sujeitos do presente e compromisso ético com a democratização da reflexão sobre o passado. A experiência desenvolvida no Agreste pernambucano demonstra que a articulação entre História Pública Digital e Interseccionalidade oferece caminhos para renovar a prática pedagógica na Educação Básica. A compreensão desse processo nos estimula a medida em que adotamos novas práticas pedagógicas e enriquecemos na sala de aula o protagonismo e as ideias plurais, realidades que muitas vezes foram silenciadas ganham espaço para o debate, a escuta, representatividade e a publicização.

Socialmente crítica a pesquisa-ação reafirma seu valor ao possibilitar o questionamento das estruturas desiguais e a construção colaborativa de saberes. O pluralismo epistemológico nos proporciona novas formas de ser e de perceber o outro trazendo uma abordagem nova, uma abordagem decolonial, descentralizada e conectada às vivências reais com muita representatividade. Ao posicionar estudantes da rede pública como protagonistas do conhecimento histórico, a escola cumpre sua função social de formar cidadãos conscientes, autônomos e eticamente engajados no combate às opressões de raça, gênero e classe.

A interação entre professores e estudantes favorece a produção compartilhada de conhecimento. A bibliografia escolhida e direcionada contribuiu para o crescimento das ideias antirracistas, de uma postura ética no campo digital e elevação da autoestima de estudantes negras, indígenas, quilombolas, periféricas. Por fim, destaca-se a necessidade de novas investigações e práticas pedagógicas viáveis que explorem a sustentabilidade de projetos

digitais escolares a longo prazo e analisem os impactos da História Pública Digital na formação continuada de professores impulsionando essa prática como uma sugestão possível no cotidiano escolar.

Para além das questões digitais que envolvem os estudantes, é necessário um reforço na prática de professores de História para que possam desenvolver seus repertórios didáticos e pedagógicos propondo um ensino que integrem a Teoria da História, a Educação Digital, o combate aos silenciamentos epistemológicos, as relações étnico-raciais e as contribuições locais potencializando as vivências, a representatividade e protagonismo local.

Palavras-chave: História Pública Digital; Interseccionalidade; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Ensino de História; Ensino Médio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha filha Marina e à minha mãe Maria Aparecida (minha rede de apoio, essencial na continuidade da minha trajetória acadêmica). Às mulheres negras que vieram antes de mim escrevendo e combatendo o silenciamento histórico e epistemológico do nosso povo. Aos professores que se dedicam às pautas antirracistas e a todos os profissionais da educação que, assim como eu, trabalham por essa causa e lutam por uma socidade mais justa.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FRISCH, Michael. A História Pública não é uma via de mão única, ou, De A shared authority à cozinha digital, e vice-versa. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História Pública no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-70.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015.

PRATA, Juliana de Moraes; FERREIRA, Mônica Dias Peregrino; BARBOSA, Juliana de Souza. "Juventude e interseccionalidade: encontrando Lélia González". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 2, e105752, 2025.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sonia (orgs.). História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 185-196.

SALLES, André Mendes; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. O que se pensa e o que se escreve sobre Ensino de História em Pernambuco: uma análise a partir das dissertações do ProfHistória da UFPE. **Antíteses**, Londrina, v. 17, n. 33, p. 115-146, jan./jul. 2024. DOI:

10.6433/1984-3356.2024v17n33p115-146. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 2. jul. 2026.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.